

Raízes

v.38, n.2, jul-dez/2018

DES(A)FIANDO MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DA REFORMA AGRÁRIA SOB A ÓTICA DE MULHERES ASSENTADAS

Patrícia Alves Ramiro¹ e Olivia Alves de Almeida²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desfiar (e desafiar) as memórias sobre a história de um dos assentamentos pioneiros do Estado de São Paulo, a Gleba XV de Novembro, implantado na região do Pontal do Paranapanema em 1984. Para tanto, utilizando da metodologia da história oral, entrevistamos as mulheres da Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS). Partimos do pressuposto de que pensar a temática de gênero atrelada às memórias de mulheres sobre o processo de luta e conquista da terra é imprescindível para que se possa compreender a reforma agrária sob diferentes óticas. Seus depoimentos mostram que, ainda que silenciadas na construção da história oficial produzida pelo meio acadêmico, estas mulheres foram fundamentais para a efetiva conquista da terra.

Palavras-chave: Mulheres; Assentamento Gleba XV De Novembro; Pontal Do Paranapanema; História; Memória.

ABSTRACT

This article aims to discourse (and challenges) the memories about the history of one of the pioneer's rural settlements of the State of São Paulo, the Gleba XV de Novembro, implanted in the Pontal do Paranapanema region in 1984. Therefore, using oral history methodology, we interviewed women of the Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS). We start from the assumption that thinking about the gender theme linked to the memories of women about the process of struggle and conquest of the land is essential for understanding the agrarian reform from different perspectives. Their testimonies show that, although silenced in the construction of the official history produced by the academic environment, these women were fundamental for the effective conquest of the land.

Key words: Women; Settlement Gleba XV De Novembro; Pontal Do Paranapanema; History; Memory.

¹Professora Adjunto Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós graduação em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Doutora em Sociologia pela UFSCar. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

²Professora na Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. Mestre em Sociologia pela UFGD. E-mail: olivia_vicky@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo desafia as memórias de mulheres sobre um dos assentamentos pioneiros do Estado de São Paulo, a Gleba XV de Novembro, implantado na região do Pontal do Paranapanema, nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, em 1984. Optamos por dar ênfase para as narrativas de mulheres a fim de compreendermos como elas representam suas trajetórias tendo como fio condutor o processo de luta e de conquista da terra. Seguindo a linha sociológica de estudos sobre a memória, não nos preocupamos aqui com a questão da veracidade dos fatos rememorados, mas, principalmente, com a identificação daquilo que Maurice Halbwachs (2006) denominou de quadros sociais da memória, ou seja, com a compreensão das condições sociais da reprodução do passado no presente, mais de trinta anos após a implantação do assentamento.

Também desafiamos memórias, pois defendemos a tese de que homens e mulheres foram testemunhas oculares de uma mesma história de luta pela terra, mas o direito de narrá-la oficialmente através dos discursos acadêmicos tem construído narrativas essencialmente contadas por homens. Os trabalhos acadêmicos acabam, por vezes, desapercibidamente, reforçando essas diferenças do direito ao discurso histórico dos fatos segundo o sexo do narrador ao privilegiarem tais narrativas. Isso não significa que as pesquisas referentes às desigualdades de gênero em áreas de reforma agrária sejam escassas, pelo contrário, muitos são os livros e/ou artigos que abordam a questão. Todavia, tendem a se concentrarem na análise da divisão sexual do trabalho inscrita na divisão das atividades produtivas ou na dimensão de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo em estudos empíricos localizados num espaço-tempo específico, como o acampamento e após acesso a terra, quando o assentamento já aparece como local de morada e de trabalho (Paulilo, 1987, 2004; Butto; Hora, 2008; Rua; Abramovay, 2000; Farias, 2007, 2008).

Obviamente, isso não ocorre porque eles sejam os únicos protagonistas de todo o longo processo de organização, mobilizações, acampamentos, conquistas, acordos e recuos envolvidos, mas sim, como resultado da inscrição desigual entre os sexos que envolvem a atribuição e manutenção de capital social e simbólico.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que pensar a temática de gênero atrelada à história do processo de luta pela terra é imprescindível para que se possa incluir e valorizar as representações sociais das mulheres nesse contexto.

O conceito de gênero aparece aqui entendido como elemento constitutivo de práticas sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, cuja função reside em significar as relações de poder (Scott, 1995). Sendo assim, conhecer as trajetórias das mulheres desse espaço rural e suas próprias representações sobre as mesmas, nos parece ser uma possibilidade de conhecer a história por uma perspectiva diferenciada, dada a invisibilidade socialmente construída de seu papel.

Para tanto, nos valem da metodologia da história oral com a gravação de entrevistas em diferentes etapas de pesquisas, em anos diferenciados, entre 2010 e 2015³. Dada a profundidade das entrevistas, optamos por seguir a indicação de Thompson (2002) de realizarmos as entrevistas sempre nas casas das mulheres, a fim de que elas se sentissem à vontade para relembrar o passado.

³Pesquisa realizada como parte do projeto de pesquisa “Estratégias rurais não agrícolas em assentamentos rurais na região de fronteira entre MS e SP”, coordenado por Patrícia Alves Ramiro com apoio do CNPq (Edital MCT/CNPq 14/2010). Contou também com bolsa de Iniciação Científica concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para Olivia Alves de Almeida. Conferir Almeida (2012, 2016).

1. A “CONSTRUÇÃO” DAS MEMÓRIAS

O primeiro ponto que se colocou para essa pesquisa foi o de definir quem seriam as interlocutoras. Ainda que a temática demandasse a metodologia da história oral como forma de “constituição de fontes para a história contemporânea” (Alberti, 2010, p. 154), foi-nos necessário ter ciência daquilo que Le Goff (1990) denominou de “documento-monumento”. Na prática isso significa que ao selecionarmos os entrevistados estamos selecionando intencionalmente aqueles que julgamos aptos a falarem e, desta maneira, concordamos com Alberti (2010, p.184) quando afirma que “a entrevista é produzida para ser monumento”.

Nesse caso, o recorte escolhido foi selecionarmos as mulheres que estavam participando da Organização das Mulheres Unidas (OMUS). Atualmente, várias são as associações formais e/ou informais de mulheres do assentamento Gleba XV de Novembro, dada a sua grande dimensão: são 571 famílias assentadas vivendo em lotes distribuídos espacialmente tanto no município de Rosana (onde fica a maioria das áreas desapropriadas) e no município vizinho, Euclides da Cunha Paulista. A escolha desta associação específica se deu devido à sua relevância histórica para o associativismo entre mulheres assentadas, sendo reconhecida como a primeira associação de mulheres assentadas da região do Pontal do Paranapanema⁴.

A OMUS se formou no final da década de 1980, em meados de 1987/88 quando algumas mulheres se reuniam debaixo de um pé da manga e falavam sobre as necessidades do assentamento, tendo sido legalizada no ano de 1990. Associação que se materializa no espaço físico do assentamento através da conquista de um lote exclusivo para a mesma, fato inédito até aquele momento, ainda mais por se tratarem de mulheres. Neste começo, contam que o intuito era discutir sobre as condições necessárias para reprodução da família, tal como as necessidades de saúde e educação. Chegaram a realizar alguns plantios coletivos e criação comunitária de cabeças de gado no lote, mas desde 2002 (até a data final da pesquisa, em 2015) a principal atividade produtiva da associação era a fabricação de pães para venda junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵. Para se ter uma dimensão do papel de destaque ocupado pela OMUS, a organização local das entregas ao PAA dos assentados da Gleba XV de Novembro há nove anos era responsabilidade deste grupo de mulheres, contando com a comercialização de aproximadamente 100 produtores, visto que elas possuem os capitais sociais necessários, além das condições jurídicas exigidas pelo Programa.

Em razão dessa posição de destaque, atualmente ocupada, optamos por serem essas associadas nossas interlocutoras. Se nada sabíamos de antemão sobre o ponto de partida da trajetória destas mulheres, tínhamos conhecimento de pontos em comum que as unem no presente: a participação na associação e a permanência duradoura no local. Sua vida em conjunto na associação viabiliza a (re)construção de memórias coletivas, afinal, como nos mostra Halbwachs

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em

⁴Inicialmente foi denominada de Organização das Mulheres Unidas do Setor II (OMUS II), referência ao setor do assentamento onde foi fundada. Com o tempo, exclui-se o setor, pois ela passa a abrigar mulheres de outros setores do local.

⁵Programa cujos “beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006” (Brasil, 2012). Importante frisarmos o contexto temporal desta pesquisa, pois sabe-se que muitos cortes vêm sendo realizados para execução do Programa.

comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (Halbwachs, 2006, p. 18).

Doravante, é importante frisar que, como mostraremos neste trabalho, o fato de abordarmos a temática a partir das representações deste coletivo de mulheres, não significa pensar que se trata de grupo homogêneo. As trajetórias destas mulheres não foram as mesmas e, por este motivo, trazem à tona memórias individuais e coletivas que se articulam de forma diversa conforme a pessoa que narra (Bosi, 2003). Todavia, o fato de terem conseguido permanecer apesar de todas as dificuldades enfrentadas e de terem no decorrer do tempo ocupado espaços importantes, as colocam no presente em posição distinta com relação às mulheres que não tiveram o mesmo êxito.

2. DO DESEJO PELA TERRA A PRÁTICA DA LUTA: O INÍCIO

Um dos momentos construídos pela situação da entrevista consistia em tentar identificar de que maneira as mulheres da OMUS lembrariam como foi a decisão de desejar um lote de terra através da reforma agrária. O formato de luta pela terra baseado na ocupação de terras era atípico na década de 1980. Narrativas construídas majoritariamente por homens entrevistados pela historiadora Maria Celma Borges (2010) falam de pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e desempregados da Destilaria Alcídia e hidroelétricas da região que se uniram no ano de 1983 para a organização de um movimento social que resultaria na implantação definitiva do assentamento Gleba XV de Novembro no ano seguinte. Estes teriam sido uma categoria de “sem terra” (sem hífen) do Pontal do Paranapanema que, posteriormente, passaria a se identificar com a categoria dos sem-terra (com hífen), através da chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na região. Um dos entrevistados pela autora, presente desde o início da luta pela terra que posteriormente torna-se militante do MST, fala em conflitos entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o PT, o PMDB e sindicatos na condução das lutas na região; além de destacar a força política da igreja católica.

Algumas mulheres narram a novidade que era um acampamento e suas lonas pretas na beira da estrada. A situação de escassez e o desejo do retorno ao acesso à terra as atraíam para a possibilidade de mudança de vida, como foi o caso relatado por Dona Maria de Jesus:

Nós fiquemo sabendo porque foi pertinho de Euclides né? Aí a gente viu aquele monte de barraco de lona. Aí a gente chegou e procurou né, o que que era. Aí ele disse: “nós tamo esperando terra”. Aqueles primeiro lá. “Nós tamo esperando terra, e se tiver mais gente pra querer esperar terra, pode vim”. Aí eu disse: “Vicente [seu marido], vamo esperar um pedacinho de terra? Que nós aqui nunca faz nada não, se nós num for trabalhar em roça, nós nunca faz nada!”. Aí foi. Peguemo, fizemo um barraquinho lá, e fiquemo esperando terra. Com 8 meses, 8 meses, nós tava lá recebendo as coisinha assim de pouquinho: uma xirquinha de arroz pra um, um copinho de óleo pra outro, assim que vinha de fora, que o povo doava [...] (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

O retorno ao trabalho na roça aparecia no imaginário de Maria de Jesus como a melhor e talvez a única alternativa para conquista de uma vida melhor. A narrativa a coloca como protagonista no incentivo ao marido de ir ocupar um barraco de lona no acampamento recém instalado às margens da rodovia. Seria ela quem teria encorajado o marido para que fossem em busca da única possibilidade que ela era capaz de visualizar para garantirem sua reprodução social, afinal, na cidade não havia nada que pudessem fazer.

Esse protagonismo da mulher para decisão da família aparece também em outras falas quando se detêm sobre o momento da decisão do acampamento. Mas o que, de fato, unirá todas as falas sobre essa decisão será a vivência anterior de uma situação de desenraizamento, repleto de desesperança com a vida no campo e na cidade. Era preciso estar às margens da sociedade para acreditar na concretude da desapropriação de terras e como não havia ainda o MST na região, foi necessário que formas de organização social fossem construídas.

Acreditamos que, nesse caso, foi de fundamental importância o acionamento do capital social existente entre essas pessoas que optaram por ocupar as lonas na beira da estrada. Observando os relatos das mulheres, notamos que muitas das famílias, mesmo aquelas que haviam migrado para cidades mais longínquas, ficaram sabendo através de suas redes de relações sociais do que ocorria em Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

A diferença dos relatos reside basicamente nos processos sociais e históricos de migrações “forçadas” pela expropriação da terra. Tal foi o caso de Maria José que já havia morado na região, mas estava há doze anos na cidade de São Paulo, distante 700 quilômetros do local, quando soube do acampamento:

(...) chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama, nós tivemos que ir pra São Paulo, aí fomo lá e fiquemo mais ou menos uns doze... doze anos, depois de doze anos, aí foi quando decidimo voltar pra cá novamente. Num foi assim, é uma colega minha chegou lá em São Paulo né, aí ela falou assim pra mim: “ah você sempre gostou de morar na roça, porque que cê num vai? Lá tá tão bom lá, o município de Euclides, entre Rosana e Teodoro Sampaio”. Aí eu falei: “mas é verdade?”. Ela falou: “é. Eles tão lá numa, numa invasão de terra, que diz que futuramente o governo vai repartir essa terra pro pessoal, né”. E eu fiquei na dúvida né? Será que é verdade? Ai, será que compensa ir lá e gastar dinheiro com passagem pra ver? Meu marido decidiu e veio. Aí chegou aqui era verdade. Aí ele voltou pra São Paulo. Aí tinha um colega dele, ele marcou lá um lugar do barraco né, aí falou pro colega: “toma conta desse lugar aqui que eu vou lá em São Paulo, daqui uns trinta dia eu volto e venho com a família”. Aí de fato aconteceu com trinta dia nós viemo [...] (Maria José, 67 anos, 2012).

O depoimento ilustra bem o processo de expropriação da terra sofrido pelos pequenos agricultores, o qual, se reproduziu em diversas regiões do Brasil, quer devido ao aumento da pecuária, da monocultura canavieira e/ou da chegada dos direitos trabalhistas no campo (Heredia et. al., 2010; Leite, 1998). Relação perversa expressa aqui pelo relato de que “chegou uma época que o fazendeiro precisou da terra pra plantar a grama”, ou seja, pastagem para o gado, obrigando-as a partir.

A fala demonstra aquilo que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira denominou de “a metamorfose da renda da terra em capital” (Oliveira, 1991, p. 18), quando se utilizam de relações não capitalistas no campo e conseguem, ainda assim, ‘produzir’ capital. Prática comum no oeste do Estado de São Paulo, quando os fazendeiros pecuaristas de corte viam suas pastagens degradadas e, para não pagarem pelo trabalho de outros, arrendavam as terras em troca

de parte da produção ou pagamento em dinheiro. Desta maneira, conseguiam, além de gerarem capital, fazer com que o plantio “dos outros” recuperasse seu solo, viabilizando o plantio do capim novamente. Momento em que os agricultores se veem expulsos da terra, as quais deviam dar lugar ao gado novamente.

O assentamento aparece assim como uma reconversão para uma realidade melhor, ao menos no sentido de maior estabilidade em relação à permanência na terra. Realidade atual que a associada Maria Lúcia, por exemplo, vai afirmar ser totalmente diferente do passado de arrendatária, conforme depoimento a seguir:

Ah, naquela época a gente tinha muita tristeza, a gente passava muita necessidade, né, naquela época. Porque quando a gente tava assim, se levantando um pouquinho, aí tinha que largar o arrendamento, procurar outra fazenda pra poder ir, né? Totalmente diferente, né? Da realidade daqui (Maria Lúcia, 52 anos, 2012).

No caso, Maria Lúcia, ao contrário de Maria José, não havia migrado para o ambiente urbano, mas o desejo da terra ‘própria’ aparece em contraponto ao trabalho nas terras alheias. O sonho, conforme narra Lúcia, era de ter um sítio “que fosse nosso”. Sonho compartilhado pelo casal cansado de trabalhar em terras de outros proprietários e sem qualquer estabilidade.

Ah porque nós era arrendatário né? Nós tocava roça também, nós herdou do pai e da mãe, eu e ele né? Nós gostava de roça, até hoje a gente gosta né. Aí nós gostava de roça aí, o sonho... Aí nós pegava lote, arrendava fazenda, pra plantar, aí depois... aí surgiu esse acampamento, aí meu marido falou “não, eu vou porque o sonho da minha vida é ter um sítio!”. Desde quando nós casou nós tinha vontade de ter um sítio que a gente sempre cuidava dos outros e falava, nós pensava assim: “Que bom se fosse nosso, né?” Mas num é nosso. Nós vai ter que esperar mais um pouco, quem sabe Deus num prepara alguma coisa, e Deus preparou isso aqui pra nós! (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Esses casos ilustram bem aquilo que D’Incao Mello (1976) já havia identificado naquela região. Segundo o autor, até meados da década de 1930, além do trabalho assalariado no meio rural, era comum o sistema de colonato, cujo contrato era feito geralmente com uma família que se encarregava de cuidar de uma determinada plantação (geralmente café) e cujo pagamento era mensal. Sistema típico de áreas onde há escassez de mão-de-obra ou nos quais estas são consideradas como onerosas para os proprietários. Com a decadência do café e o incremento da pecuária, o sistema de colonato foi sendo gradativamente substituído pelos sistemas de parceria e arrendamento, que se mostravam mais vantajosos por não exigirem nenhum capital econômico inicial dos fazendeiros.

Se a vinda para o Pontal do Paranapanema trazia para muitos um sonho de enraizamento, a realidade encontrada naquela região foi a chegada em uma imensa área de terras griladas, onde muitos passariam a serem explorados por grandes pecuaristas e/ou se tornariam boias-frias ou volantes (Borges, 2010).

Na experiência de Dona Maria de Jesus, enquanto o marido se mantinha na profissão de cabelereiro aprendida para sobreviver no ambiente urbano, era ela com as filhas mais velhas que assumiam o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Segunda ela, quando vivia com a família no recém-criado município de Euclides da Cunha Paulista – “era só em casa, trabalhando de doméstica mesmo, só em casa e cuidando dos filhos” até a chegada da usina, quando inicia o trabalho como boia-fria:

Depois, com muito tempo surgiu a usina né? Daí nós começemo, ele cortando cabelo e a turma trabalhando de boia-fria. Eu fui, mais as duas menina mais velha, trabalhar de boia-fria também né? Deixei uma cuidando dos mais pequeno, aí eu fui trabalhar mais as duas mais velha (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

A roça, que nunca era totalmente delas, pois geralmente arrendada ou em forma de parceria, ou o trabalho de boia-fria e/ou de volante não aparece de maneira saudosista nas falas.

Não, é, antes nós tocava roça, assim de arrendatário, num sabe? Pegava roça, terra dos fazendeiro, prantava arrendando. Aí, no final do ano, a gente pagava renda pros fazendeiro. Aí a gente pagava renda né? No final do ano. Sofremo, sofremo, sofremo esse tempo todo. E zuamo pra aqui, e muda pra aqui, muda pra acolá! E fazia colheita de café, e fazia colheita de algodão, trabalhando de volante, assim num canto e no outro. Aí levemo a vida né? (Maria de Jesus, 79 anos, 2012).

O trabalho anterior como boia-fria aparecerá na maioria das falas associado à uma vida bastante difícil e de migrações forçadas, caracterizando uma situação de desenraizamento. Cabe lembrar que na década de 1970 a categoria boia-fria aparecerá no cenário nacional de maneira intensa e degradante em decorrência de políticas de incentivo advindos do PROALCOOL. Como colocado por Silva (2004, p. 33-34):

Boia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém, portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social.

Outras associadas vieram do município de Cuiabá Paulista “atrás de um pedaço de terra”. Entre elas, a então presidente da OMUS, afirmou ser boia-fria anteriormente e que, inicialmente, o marido veio sozinho para acampamento, trazendo ela e os filhos depois de melhor acomodado. Segundo suas palavras: “(...) foi tanta necessidade pra se livrar da mão do patrão. Só trabaiava, trabaiava...Então a gente resolveu arrumar o nosso próprio pedaço de terra” (Nice, presidente da OMUS, 2015).

Nesse sentido, importante frisar que as memórias do passado, mesmo de um passado vinculado ao trabalho na terra, não apresenta uma conotação positiva, afinal, as memórias que ressurgiram o associaram a tempos de trabalho árduo, contínuo e sofrido. Isso nos remete a perceber que a inserção na luta pela terra foi uma luta pelo enraizamento num mundo rural já conhecido, mas desejado numa situação muito diferente. Espaço e tempo novos que seriam capazes de reconvertê-las em donas de seu tempo e de sua produção. O retorno ao meio rural e ao trabalho agrícola estará presente no imaginário destas mulheres, fortificado pela possibilidade de terem “suas terras” e, principalmente, de se colocarem numa posição na qual teriam acesso às condições necessárias para garantirem a reprodução social de suas famílias, ameaçadas constantemente nas memórias do passado vivido. Neste sentido, reforçamos aqui a percepção de Ramiro e Mancuso (2009) de que a atração exercida pela reforma agrária significa, para muitos, o resultado de forte rejeição do ambiente citadino, e não de uma valorização significativa da vida no espaço rural.

Uma das associadas possui vínculo de parentesco com a presidente da OMUS e foi por este vínculo que chegou ao assentamento, após sua implantação. No caso dela, foi o encontro com o atual marido conhecido durante as idas à passeio ao assentamento.

Aí ela [referência feita à irmã] ainda ficou assim, indo e vindo. Um ano. Aí quando ela veio que pegou a terra aí. Ainda fiquei muito tempo lá trabalhando, só que a gente vinha sempre pra cá, passear, voltar. Quando a gente pegou a terra aqui, foi quando eu conheci meu esposo, aí a gente namorou, se casei, aí daí pra cá, casei em 87 (Edvalda, 46 anos, 2015).

Assim como a irmã, Edvalda trabalhou de boia-fria anteriormente. Desde os sete anos tem lembranças de ir com a mãe para roça, ainda que afirme que “não era aquele trabalho!”, ia quando não tinha com quem ficar em casa e esclarece que “ajudava da maneira de uma criança, não explorada”, discurso formatado, possivelmente, pelas campanhas mais recentes de combate ao trabalho infantil.

Outra associada é filha de pequenos agricultores que conseguiram comprar um pedaço de terra no Estado do Paraná, em local próximo à fronteira com a região do Pontal do Paranapanema em São Paulo. Criada lá até o momento de seu casamento com um madeireiro - profissão comum em virtude da construção (nunca concluída) do “Ramal de Dourados”, via férrea que chegou até o município de Rosana - seu relato ilustra bem como era este tipo de trabalho:

Aí quando eu casei, meu marido era madeireiro. Tirava madeira, cortava as tora e ia pra serraria né? Sei lá pra quem que era! Para firma ou então lavrava dormento de linha de ferro, estrada de ferro, que hoje em dia acho que nem existe mais. Então ele lavrava aqueles dormento pra colocar na linha de ferro e cortava a madeira pra serrar, a serraria serrava em tábua (Vanda, 64 anos, 2015).

O depoimento acima nos remete ao trabalho de Leite (1998) sobre o histórico da região quando afirma que até o início do século XX, a região do Pontal do Paranapanema era classificada como sertão desconhecido. O povoamento da região teria ocorrido, entre outros fatos, em decorrência da construção do Projeto Ramal Dourados na década de 1950, nome pelo qual ficou conhecido o projeto da Estrada de Ferro Sorocabana⁶, a qual demorou trinta e três anos para ser construída no trecho que ligava Botucatu à margem do Rio Paraná. Com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro intensificam-se o desmatamento da madeira da região, tanto para fabricação dos dormentos quanto para exportação. A fala de Vanda ilustra bem tal episódio que desencadeou em consequências graves às principais reservas florestais existentes na área⁷.

Depois de uma passagem como agricultora no Estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul que faz fronteira com a região), Vanda afirma terem voltado para o Pontal por não terem se adaptado por lá, mas a possibilidade de sobreviver do desmatamento foi ficando cada vez mais escassa, afinal, como ela nos disse, “a madeira acabou, porque vai derrubando, cortando, acaba”. Só descobrimos que esse trabalho era também realizado por ela junto com o marido por termos perguntado. Em seu relato espontâneo não havia qualquer menção à sua “ida ao mato”, como ela chama o trabalho de madeireiro.

⁶O nome Projeto Ramal Dourados só foi existir no ano 1951, quando foi alterado o projeto inicial dos trilhos seguirem de Presidente Epitácio até Ponta Porã, para seguirem na direção da barranca do Rio Paraná e fazerem a ligação por balsa até Ponta Porã, passando, portanto, pelo município de Dourados/MS.

⁷A Reserva da Lagoa São Paulo foi a primeira a ser sacrificada, a Grande Reserva do Pontal também teve prejuízos e a Reserva do Morro do Diabo foi a única que conseguiu se manter até os dias de hoje.

Foi nesse cenário de fim da madeira para derrubada na região e escassez de trabalhos mais duradouros que Vanda afirma terem ficado sabendo do acampamento na beira da estrada. Mas nessa história teria sido o filho, na época com 9 anos, quem teria estimulado o pai a participar. Nas palavras dela:

Aí nós mudemo pra Euclides. Aí ele ficou trabalhando de carpinteiro, aqui e ali, trabalhou numa firma lá e até que, num sei que ano que foi, surgiu, ah de assentar, de pegar terra. E era o sonho dele era trabalhar na roça. Mas não tinha como. Aí meu filho já tinha o quê? Uns 8, 9 ano. “-Ah pai, vamo pai, vamo pra nós plantar roça?”. Aí eles foram acampar ali no trevo ali de Euclides, ali era a Fazenda Ponte Branca, era não? É. Aí ficou lá um tempo (Vanda, 64 anos, 2015).

É o sonho do pai apoiado pelo estímulo do filho ainda pequeno que os teria mobilizado para adesão ao movimento que se formava na beira da rodovia. Neste período inicial do acampamento foi comum elas contarem que geralmente eram maridos que vinham na frente para garantirem sua vaga no acampamento, enquanto elas ficavam aguardando informações e cuidando dos filhos(as), visto que não havia comida suficiente para todos lá. Com exceção de Maria de Jesus e Maria Lúcia, as mulheres ouvidas se mudam definitivamente para a o local, após terem um primeiro sinal do governo da época de Franco Montoro de que poderiam sair vitoriosas na luta pela terra. Momento marcado pela memória coletiva como “época da CESP”, em referência ao alojamento em área da Companhia Energética de São Paulo, quando passam a receber doações de cestas básicas, terem acesso à água e banheiros, como veremos adiante.

O tempo do acampamento na memória de Maria de Jesus era o estar todo mundo junto, união que, de certa forma, legitimava as reivindicações pela terra e que demonstrava a capacidade de organização coletiva de homens e mulheres, adultos e crianças, ao mundo exterior, embora não significasse que todos tivessem as mesmas responsabilidades. As tarefas executadas por homens e mulheres tinham suas divisões delimitadas pela categoria de gênero, reproduzindo a normatização de que as tarefas reprodutivas cabiam a elas, tais como: cozinhar, arrumar os barracos, lavar as roupas e cuidar das crianças. Por esse motivo que Maria de Jesus declarou que no tempo do acampamento “não fazia nada”, como mostra a transcrição a seguir:

Num fazia nada. Num tinha direito de sair pra fora pra trabalhar, porque se saísse perdia o direito da terra. A gente ficava lá, teve dia da gente comer palmito de coco, porque num tinha o que a gente comer e num podia sair pra trabalhar, porque ali se, às vezes chegava uma pessoa de fora pra ver, num achava ninguém. Então ficava ruim, né? Então ali, os que tomava conta, os primeiro né, que tomava conta, dizia “ó, nós tem que aguentar aqui ou que tenha o que comer ou num tenha, nós tem que tá aqui! Chegar uma pessoa pra ajudar nós, nós tamo aqui! E, se chegar essa pessoa pra ajudar num achar ninguém, num tem como! E ali nós ficava amarrado (Maria de Jesus, 79 anos, 2015).

Essa fala parece representar o papel fundamental dos “primeiros que tomavam conta” da luta pela terra. Não havia uma regra que obrigasse à todas as mulheres a estarem presentes nesse momento do acampamento, até porque dependiam de doações de alimentos e assumiam o papel dos cuidados dos(as) filhos(as). O relato de Maria Lúcia elucida as imensas dificuldades vivenciadas naquela época:

Muito triste, muito triste. Eu só vivia segurada na mão dos meus três filho e outra barriga, que era minha menina e que tem 31 ano agora. Que nasceu na gleba, 31 ano! Ela nasceu em 84 e a gente acampou em 83, e eu vivia o tempo, e fome, muita fome! Passamo muita necessidade, muito frio, foi difícil (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Enquanto no acampamento os cuidados com o preparo dos alimentos e com as crianças era tarefa das mulheres que ali estavam, aos homens cabia, especialmente, assumirem as ocupações dos espaços públicos de luta. Os principais encarregados de organizar o movimento de luta eram chamados de ‘delegados’, equivalente ao conceito de liderança utilizado hoje em dia, como nos esclareceu uma das entrevistadas. Obviamente, esta divisão sexual ao atribuir aos homens o monopólio do discurso e da representação pública da luta coletiva garantia aos homens, como nos alerta Bourdieu (2010), a produção de capital simbólico e social em contraposição ao papel (não menos importante) da manutenção e organização do acampamento ocupado pelas mulheres.

Os momentos em que elas reconhecem seu poder na luta coletiva que compartilham com seus maridos, pais e filhos homens eram aqueles de conflitos violentos com a polícia. Segundo alguns depoimentos, foram elas que, muitas vezes, serviram de “escudo” para as reivindicações⁸. Vejamos relato de Maria Lúcia sobre os confrontos:

Participava de tudo, de tudo! Reunião, quebra pau, tudo. Tudo, eu tava no meio. Porque tinha que ir fazer a frente: as mulher e as criança, porque se fosse só os homem, eles acabava [faz gesto com as mãos que indica que acabava matando, ferindo] Quantos companheiro nosso num morreu, né? Que ia fazer a frente. E a gente se jogava na frente dos marido, dos pais, dos filho, era complicado o negócio (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Essa suposta fragilidade se transforma em coragem e fica então evidente a relevância e o papel fundamental destas mulheres em momentos de intensa luta pela terra. Capazes de se jogarem na frente dos maridos, dos filhos e dos pais para protegê-los de uma ameaça real, que era a violência dos conflitos, foram elas que conseguiram, muitas vezes, garantir um fim mais pacífico aos confrontos.

Antes de obterem seus lotes ainda passaram por dois momentos de transição: o “tempo da CESP” e o “tempo do alqueire e meio”, período transitório considerado uma solução emergencial. O primeiro deles ressignifica o período de três meses em que os acampados foram transferidos para um espaço da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), localizado próximo da divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná. A participação da empresa nesse processo aparece como forma de compensação dos danos sociais e ambientais ocasionados pela construção da hidrelétrica no município. Além de camponeses, se reuniram no movimento de luta pela terra ex-barrageiros da usina hidrelétrica de Rosana, desempregados após o fim da construção das barragens e ribeirinhos que tiveram suas terras inundadas também por conta da mesma usina (Melo; Cappellin; Castro, 2008).

Ali, aos cuidados da empresa, muitas das mulheres afirmam que a situação melhorou, principalmente por ter acesso à água - questão que era um grande problema no período do acampamento -, receberem cesta básica e uma infraestrutura melhor. Maria José detalha melhor a localização e alguns aspectos desse espaço-tempo:

⁸Vale lembrar que, naquele momento histórico, diferente da atuação policial atual, não era moralmente aceito agredir mulheres e crianças durante manifestações.

[...] aí transferiram nós da rodovia aqui pra... ela é ali, é no estado de São Paulo, mas é entre Diamante⁹, ali na ponte, ali tem uma ponte onde tem naquela barragem ali. É que num tinha barragem naquela época, aí deixaram nós ali. Era por conta da CESP, aí a CESP cuidou de nós ali, mais ou menos, outros 90 dias. Ficamos, só que era mais confortável né? Já tinha banheiro, fizemos uns barracões bem organizado, tinha banheiro, tinha água suficiente, que lá na beira da rodovia a água era só por Deus mesmo! (Maria José, 67 anos, 2015).

Apesar de ainda viverem sob os barracos de lona, as entrevistadas afirmam que as coisas melhoraram nessa transição. Foi por isso que muitas famílias que estavam incompletas no acampamento agora receberam os demais membros, principalmente mulheres que haviam ficado em outros locais com os filhos menores, como foi o caso de Vanda e Nice.

Após o período no canteiro da CESP, temos o período do “alqueire e meio”. As terras concedidas naquele momento se localizavam na antiga fazenda Santa Terezinha, área que hoje faz parte do assentamento Gleba XV de Novembro. Ali as famílias teriam ficado do final de 1984 até outubro de 1986, quando foram para os lotes definitivos. Ela também conta como foi sua ida para a área emergencial:

Eles fizeram a reunião e falaram que ia pra uma terra né, que era muito... era uma terra feia. Quase ninguém quis ir. Meu marido foi o primeiro a se inscrever pra ir. Aí uns 5, 6 quiseram ir. Aí foi a primeira mudança, que foi pro emergencial, alqueire e meio, aí. Fomos pra lá, aí chegou lá, era uma terra que tinha sido plantado feijão, tava limpo, nem precisou tombar pra gente plantar. Aí os outros que tava com medo, que veio depois, pegou uma terra mais feia, bruta, nós tivemos sorte! (Nice, 55 anos, 2015).

Ainda vivendo nos barracos de lona, as famílias ao menos passaram a ter um espaço no qual era possível iniciar uma plantação, que foi o que todas afirmam ter feito logo que entraram nessa terra:

Aí tinha, aí continuou dando comida. Pouco. E a gente começou a plantar. Aí nós começou a plantar, plantava mandioca, milho, feijão de corda, é... abóbora, batata doce, de tudo a gente plantava. Tinha frango (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Nesse período cada família recebeu seu alqueire e meio de terra, e houve assim uma mudança importante, pois nos períodos anteriores a marca característica do grupo era o de “todos juntos”, e agora cada família representava um núcleo próprio, diminuindo gradativamente o contato direto e a proximidade com os demais. Todavia, ainda assim, nesse tempo-espaço, apesar de cada família ter o seu espaço para produzir, Vanda conta que no emergencial também começaram uma roça comunitária, que cultivavam concomitantemente à roça que cuidavam dentro do alqueire e meio de cada família. O que era plantado na roça comunitária era distribuído para cada família após a colheita. Para garantir que teria direito a uma parte era preciso sempre ter alguém da família trabalhando:

⁹Diamante do Norte é um município paranaense próximo da divisa com o Estado de São Paulo.

Uma pessoa da família... Se o homem num podia ir, ia a mulher. Eu mesmo fui umas duas vezes só, que meu marido teve que sair, aí eu fui umas duas, três vezes pra plantar essa roça. Aí era um pedaço de terra grande né? E o pedaço de terra da gente mesmo era um alqueire e meio, era só a casa, o quintal, a gente plantava abóbora, milho, feijão de vara, feijão catador, feijão de corda, é tudo uma coisa só né (Vanda, 64 anos, 2015).

Diferente do acampamento onde era “proibido trabalhar”, no “alqueire e meio” o trabalho é praticamente uma obrigação, é necessário para garantir o sustento da família já que a ajuda antes recebida vai diminuindo aos poucos. Maria Lúcia conta que nessa época ela e o marido tocavam a roça, e como ela também tinha que cuidar das crianças, tinha que “dar um jeito”, o que significava combinar o trabalho na roça com os cuidados com os filhos ainda pequenos:

Fazia. Fazia tudo. Deus dava um jeito. Aí que que eu fazia? Aí eu levava minha menina pra debaixo de um pé de árvore, essa de 6 meses e largava essa outra que tinha 3 anos e o meu menino mais velho que tinha já 5 anos tomava de conta da pequena e eu ia trabalhar, eu trabalhava o dia todinho, aí quando era noite... aí tinha um poço, só um poço, de 50 metros parece o poço, pra gente tirar água, aí eu levava eles... tudo quando eu ia era com meu filho no colo, eu ia colher algodão, eu punhava num... cê sabe como é que colhe algodão? Amarrava um saco assim e puxa e punhava ela pra dormir aqui ó [indica a parte de trás do saco] aí dava de mamar, era assim, dei de mamar 3 ano, pra onde eu ia eu levava, não abandonava minhas criança... tinha um medo de chegar e tá morto, ai... mas foi difícil. Mas vencemo, né? (Maria Lúcia, 52 anos, 2015).

Podemos visualizar como a mulher fica sobrecarregada ao acumular tarefas, tendo uma dupla jornada de trabalho que envolve o trabalho da roça e os cuidados com os filhos e a casa (sem remuneração e sem prestígio social). Isso também reflete a já mencionada naturalização da diferença sexual do trabalho, que define os destinos laborais de homens e mulheres (Kergoat, 2009) e a interiorização das razões práticas que dominam o mundo vivido (Bourdieu, 1996), na qual as atividades rotineiras e reprodutivas não são questionadas como tarefas de mulheres e organizam a vida dos espaços vividos.

Doravante, nem todas as mulheres possuem trajetórias similares. O caso de Maria Francisca é interessante para refletirmos sobre as disposições e capitais necessários para outros formatos possíveis de vivência da reforma agrária. Ainda que seja filha de trabalhadores rurais do estado vizinho, Paraná, Maria Francisca afirmou que os pais sempre a incentivaram a estudar e, como era muito difícil o acesso à escola, fazendo com que ela percorresse 18 quilômetros à pé todos os dias, era liberada de trabalhar na roça. Consegue estudar até os 14 anos e aos 17 se casa com um paraguaio, que passa a trabalhar em fazenda do interior de São Paulo e, depois de duas estadias com a família no Paraguai (local ao qual não deseja nunca mais voltar), arrendam terras no estado de São Paulo. Ela afirma que suas atividades ficaram restritas aos cuidados com a casa e a chegada dos filhos. Quando ficam sabendo do assentamento, este já estava implantado. Todavia, o marido ao receber uma oferta de venda de direitos de um desistente, vende duas propriedades que possuía e passam a viver no assentamento. Este ponto de partida diferenciado aparece em lembranças de momentos de difícil adaptação na nova situação:

Ah, as criança era pequena. Aí começou, estudava lá em Euclides, aí a gente puxa eles pra cá, pra estudar aqui. Aí eles no começo, eles não gostava daqui, estranhava muito, e depois acostumou. Mas era bom. No começo eu estranhei bastante sabe? Que a gente morava na cidade, vim pro sítio assim? Não tinha

casa. Quando eu vim morar aqui era um barraquinho de pau-a-pique, quando vinha chuva molhava tudo. Aí a gente foi construindo, vendemo a casa lá de Euclides e começemo a construir a nossa sabe. Aí até hoje (Maria Francisca, 54 anos, casada, 2015).

Todavia, a disposição de maior quantidade de capitais (econômico e cultural) os coloca em vantagem para gerirem os períodos iniciais no assentamento. Mesmo ainda sem acesso aos créditos, conseguem comprar duas vacas e investir na policultura. Mas a principal renda virá do trabalho como tratorista do marido, num momento em que ninguém possuía um trator para as atividades nos lotes. E, assim, “dava para se sair bem”.

Ó no começo a gente plantava mandioca, feijão, milho, de tudo, aí começamos com duas vacas, aí a gente tinha aquelas duas vaca, aí as vaca dava leite pras criança né, num vendia leite né? Porque era pouco no começo. Aí meu marido começou a plantar mandioca, as coisa no lote, e ele trabalhava pra fora também sabe, a gente tinha um trator no começo, quando a gente chegou aqui ninguém tinha trator, só ele só, aí ele ganhava dinheiro assim, trabalhando pros outro. Vixe! Dava pra sair bem, sabe? (Maria Francisca, 54 anos, casada, 2015).

Caso que mostra bem como pontos de partida diferenciados resultam em experiências distintas e, portanto, geram representações divergentes sobre o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza dos relatos obtidos aqui reside na possibilidade de compreensão do fato de que ainda que atualmente estas mulheres ocupem espaços similares, compartilhando a vida no assentamento e na associação no presente, suas trajetórias refletem os diferentes formatos e motivações que as levaram optar pela vida no assentamento. Suas narrativas nos permitem vislumbrar que não devemos entender a posição ocupada e as práticas como algo mecânico e homogêneo, mas sim, como nos alerta Bourdieu, “[...] fazer intervir a relação prática ou representada à posição, a qual depende ela mesma, entre outras coisas, da trajetória que conduziu à posição ocupada” (Bourdieu, 1984, p. 14).

Cientes de que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 214), vemos aqui como essas mulheres fazem “um verdadeiro trabalho de organização” dos acontecimentos ao se verem colocadas diante das pesquisadoras na situação de relembrar episódios que ocorreram há mais de trinta anos. Nesse sentido, menos nos interessa o confronto destas falas com outras fontes históricas em busca de “veracidade dos fatos”, mas primordialmente o entendimento de como esse grupo social, que compartilha sua história vivida no presente através da vida no assentamento e na associação, representa sua trajetória de luta e conquista da terra.

O que registramos aqui precisa ser compreendido como resultado de um longo trabalho de uma consciência historicamente construída (Bourdieu, 1984) e por este motivo reproduzem, eles mesmos, algumas desigualdades de gênero incorporadas nos discursos. Para elas, por exemplo, o papel fundamental de permanecer nos barracos de lona, muitas vezes com fome e condições climáticas desfavoráveis, aparece como um tempo do “não trabalho”, representado pelo “não fazer nada”, mesmo que se tenha consciência de que alguém precisava ficar naquele espaço para que a luta fosse vitoriosa.

Ainda hoje, pensamos que, ao ocuparem os lugares considerados como mais prestigiosos – especialmente espaços do mundo público que permeiam as disputas pela desapropriação de terras, no qual figuram personagens do mundo da política (vereadores, prefeitos, governadores, etc.) – os homens garantem a manutenção de sua posição dominante na relação entre os gêneros, ainda que as memórias aqui expostas apontem para a importância do papel das mulheres em todo o processo de luta pela terra até o enraizamento das famílias no assentamento.

Por fim, cabe destacar que o desejo de conquistar um lote de terra não se vincula a uma visão saudosista de um passado com a terra, visto que as situações rememoradas remetem à momentos difíceis de migrações forçadas e trabalho intenso em terras que não lhes pertenciam; mas sim, como uma via de reconversão social para uma posição melhor. Reconversão que só foi possível com muita luta de mulheres (e de homens) historicamente excluídos por uma estrutura fundiária extremamente desigual.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALMEIDA, O. A. de. A reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS - Organização das Mulheres Unidas. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016.
- ALMEIDA, O. A. de. Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro. 2012. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana-SP, 2012.
- BORGES, M. C. O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. La représentation de la position sociale. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol. 52-53, p. 14-15, juin. 1984.
- BRASIL. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 20-37.
- D’INCAO MELLO, M. C. O “bóia-fria”: acumulação e miséria. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FARIAS, M. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 151-170.
- FARIAS, M. L. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 33-47, 2007.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 25. n. 74, p. 159-196, out. 2010.

- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: HUCITEC/Fundação UNESP, 1998.
- MELO, H. P.; CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens - O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.
- OLIVEIRA, A. U.. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. p. 81-151.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RAMIRO, P. A.; MANCUSO, M. I. R. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. Cadernos CERU, USP, série 2, vol. 20, nº 2, p. 15-31, dez. 2009.
- RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.
- SILVA, M. A. M. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- THOMPSON, P. A voz do passado. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.